

- **16/6** - Coletivo Estadual de Aposentadas(os). **09h30**
- **27/6** - Assembleia geral estatutária. 10h. Club Municipal

EDUCAÇÃO ESTADUAL FARÁ ASSEMBLEIA HÍBRIDA NO DIA 20 DE JUNHO

Os profissionais de Educação da rede estadual realizarão uma assembleia geral no dia 20 de junho (sábado), no formato híbrido – a parte presencial será no auditório do Sinpro-Rio (Rua Pedro Lessa, 35, 2º andar). A rede, que se encontra em estado de mobilização, vai discutir os próximos passos da categoria em busca de valorização e do atendimento das pautas de reivindicações pedagógicas e econômica.

O Sepe e o Governo do Estado reabriram as negociações em torno das principais reivindicações da categoria:

- Pagamento da recomposição salarial em duas vezes (agosto e novembro) determinada pelo governador Ricardo Couto no Decreto 50.302/26, publicado no dia 22 de maio (*página 4*);
- Discussão sobre as perdas dos

últimos anos. Reajuste necessário seria de 60,29%, segundo cálculos feitos pelo Dieese e entregues pelo Sepe nas mãos do governador;

- Uma série de reivindicações de cunho pedagógico/administrativo: servidores ex-FAEP; Animação Cultural; Concurrados 2013/2014; migração dos docentes II; entre outras (*página 6*).

Nesta **assembleia de 20 de junho**, a categoria vai poder avaliar o andamento das negociações abertas com o governo do estado, já que existem audiências com o secretariado previstas para a primeira semana do mês e, com o governador, a ser confirmada para a segunda semana de junho. ■



Acesse o link abaixo ou o QR code ao lado para se **inscrever** e participar de forma remota na assembleia >>



<https://redeestadual.seperj.info/>



TUDO JUNTO E MISTURADO

A amizade de Cláudio Castro e Daniel Vorcaro e o escândalo do Master e do Rioprevidência

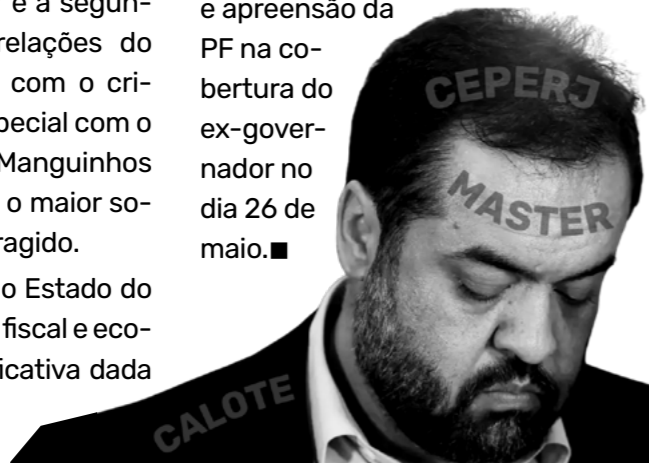
Mensagens de celular revelam que Castro encontrou-se oito vezes com o banqueiro, com direito a jantar em Nova York com **bife folheado à ouro, que custa R\$ 9 mil**

A verdadeira ciranda envolvendo os políticos de direita e extrema-direita com o escândalo do Banco Master colocou definitivamente o ex-governador Cláudio Castro na roda, com revelações da amizade com o banqueiro (veja ao lado). Em menos de 10 dias foram duas operações da Polícia Federal, que apreendeu documentos e telefones celulares de Castro no âmbito das operações Compliance Zero e Sem refino. A primeira envolvendo investimentos bilionários do Rioprevidência no Master e a segunda investigando as relações do Executivo fluminense com o crime organizado, em especial com o dono da Refinaria de Mangunhos (Refit), Ricardo Magro, o maior sonegador do Brasil e foragido.

Ou seja, enquanto o Estado do Rio enfrenta uma crise fiscal e econômica sem fim, justificativa dada para o arrocho dos servidores e a piora

dos serviços prestados à população, o ex-governador é investigado por ligações espúrias com sonegadores e trambiqueiros como Magro e Vorcaro, suspeito de facilitar negócios escusos desses criminosos com o dinheiro do Tesouro e do caixa do fundo responsável pelo pagamento das aposentadorias de quase 240 mil servidores aposentados e pensionistas.

Foi após a análise deste material sobre Castro e Vorcaro que o ministro do STF André Mendonça, relator do caso, determinou busca e apreensão da PF na cobertura do ex-governador no dia 26 de maio. ■



Governador em exercício quer recuperar dinheiro que Rioprevidência enviou ao Master

Investigação aponta que valor investido pode ter alcançado R\$ 3,7 bilhões

O governador em exercício, Ricardo Couto, afirmou em entrevista à colunista Miriam Leitão que vai buscar o ressarcimento de prejuízos causados ao Rioprevidência – fundo de previdência fluminense – pelas aplicações investigadas no escândalo do Master.

Couto já havia falado da iniciativa em audiência com o Sepe, em 19 de maio. Ele revelou ao sindicato que buscará recuperar os recursos com medidas judiciais para buscar o valor investido na instituição liquidada.

O plano é buscar o que foi perdido com os investimentos nos úl-

2023 | 11 DE MAIO

Vorcaro envia a Castro endereço do restaurante que serve o bife de ouro

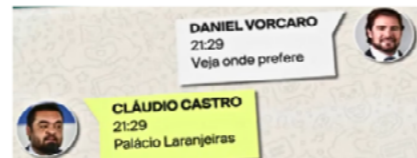


Castro agradece no dia seguinte



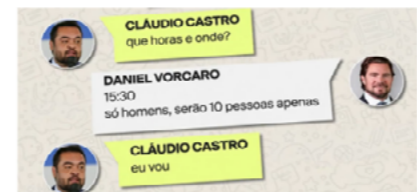
2024 | 01 DE MARÇO

Castro recebe banqueiro na residência, no Palácio Guanabara



2024 | 04 DE MAIO

Banqueiro convida Castro para uma degustação de whisky, ao preço total de R\$ 5 milhões



Publicado decreto do governo estadual autorizando pagamento da recomposição

Texto garante pagamento em duas parcelas de 5,62%, em agosto e novembro

Depois de muita pressão da categoria e dos demais servidores estaduais, o governador em exercício, Ricardo Couto, publicou o Decreto 50.302/2026, que autoriza o pagamento das parcelas restantes da recomposição salarial aos servidores do Estado do Rio de Janeiro referente ao período de setembro de 2017 a dezembro de 2021. O texto foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 22 de maio.

O valor será pago a mais de 423 mil servidores ativos, inativos e pensionistas. O índice é de 11,56%, dividido em duas parcelas iguais de 5,62%, que serão depositadas nos meses de agosto (salário de julho) e novembro (salário de outubro).

O decreto é uma vitória muito importante da luta da Educação e de todos os servidores estaduais e foi anunciado no dia 19 de maio, em audiência do governador com a direção do Sepe. Trata-se de um momento histórico, no qual o sindicato voltou a ser recebido por um governador após mais de dez anos.

No texto do decreto, o governo estabelece ainda que o pagamento deve observar a sustentabilidade fiscal do estado. Ou seja, a adesão do Rio de Janeiro ao PROPAG (Programa de Plano de Pagamento de Dívidas do Estado) e o julgamento no STF dos royalties do petróleo são apontados como fatores que devem ser observados para a execução do cronograma. ■

ENTENDA O CÁLCULO

A princípio, a matemática pode causar confusão, dando a entender que o percentual seria menor do que instituído pela Lei aprovada na Alerj. A Lei da recomposição previa três parcelas – uma de 50% e outras duas de 25%. Somente a primeira foi paga, de 13,05%, depositada em 2022. Intuitivamente, pode-se pensar que as duas parcelas restantes deveriam ser, portanto, de 6,52%, e não 5,62%.

Mas não é assim porque essas parcelas incidirão sobre o salário já reajustado pela primeira parcela de 13,05%. E a parcela de novembro incidirá sobre o salário reajustado também em agosto. Por isso, as parcelas são de 5,62%, para evitar que a recomposição exceda o índice acumulado de perda inflacionária de 2017 a 2021, de 26,11%.



CONFIRA COMO FICARÁ O SEU VENCIMENTO-BASE APÓS O PAGAMENTO DAS DUAS PARCELAS DA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

TABELAS DOCENTES

| | VENCIMENTO-BASE ATUAL (Em R\$, sem o complemento) | | EM AGOSTO, APÓS A 1ª PARCELA (+5,62%) | | EM NOVEMBRO, APÓS A 2ª PARCELA (+5,62%) | | COM O PISO NA CARREIRA (Nível inicial) | | COM A REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO (jul2014-abr2026) | |
|---|---|----------|---------------------------------------|-----------|---|---|--|---|---|---|
| | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| PROFESSOR DOCENTE II 22h | | | | | | | | | | |
| 1 | 1.125,55 | 1.188,81 | 1.255,59 | 2.821,85 | 1.804,17 | | | | | |
| 2 | 1.260,61 | 1.331,46 | 1.406,25 | 3.160,47 | 2.020,65 | | | | | |
| 3 | 1.411,92 | 1.491,27 | 1.575,03 | 3.539,72 | 2.263,17 | | | | | |
| 4 | 1.581,31 | 1.670,18 | 1.764,00 | 3.964,49 | 2.534,71 | | | | | |
| 5 | 1.771,08 | 1.870,61 | 1.975,68 | 4.440,23 | 2.838,87 | | | | | |
| 6 | 1.983,16 | 2.094,61 | 2.212,28 | 4.973,06 | 3.178,84 | | | | | |
| 7 | 2.221,65 | 2.346,51 | 2.478,31 | 5.569,82 | 3.561,11 | | | | | |
| 8 | 2.488,24 | 2.628,08 | 2.775,70 | 6.238,20 | 3.988,43 | | | | | |
| 9 | 2.786,83 | 2.943,45 | 3.108,77 | 6.986,79 | 4.467,03 | | | | | |
| PROFESSOR EX-FAEP DOCENTE II 40h | | | | | | | | | | |
| 1 | 2.251,11 | 2.377,62 | 2.511,18 | 5.130,63 | 3.608,33 | | | | | |
| 2 | 2.521,26 | 2.662,95 | 2.812,53 | 5.746,31 | 4.041,36 | | | | | |
| 3 | 2.823,80 | 2.982,50 | 3.150,02 | 6.435,86 | 4.526,29 | | | | | |
| 4 | 3.162,63 | 3.340,37 | 3.528,00 | 7.208,17 | 5.069,42 | | | | | |
| 5 | 3.542,17 | 3.741,24 | 3.951,39 | 8.073,15 | 5.677,78 | | | | | |
| 6 | 3.967,24 | 4.190,20 | 4.425,56 | 9.041,92 | 6.359,12 | | | | | |
| 7 | 4.443,30 | 4.693,01 | 4.956,62 | 10.126,95 | 7.122,21 | | | | | |
| 8 | 4.976,50 | 5.256,18 | 5.551,41 | 11.342,19 | 7.976,88 | | | | | |
| 9 | 5.573,66 | 5.886,90 | 6.217,56 | 12.703,25 | 8.934,08 | | | | | |

| | VENCIMENTO-BASE ATUAL (Em R\$, sem o complemento) | | EM AGOSTO, APÓS A 1ª PARCELA (+5,62%) | | EM NOVEMBRO, APÓS A 2ª PARCELA (+5,62%) | | COM O PISO NA CARREIRA (Nível inicial) | | COM A REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO (jul2014-abr2026) | |
|---|---|----------|---------------------------------------|-----------|---|---|--|---|---|---|
| | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| PROFESSOR, SUPERVISOR, ORIENTADOR EDUCACIONAL E INSPETOR ESCOLAR 25h | | | | | | | | | | |
| 3 | 2.206,08 | 2.330,06 | 2.460,95 | 5.028,00 | 3.536,16 | | | | | |
| 4 | 2.470,83 | 2.609,69 | 2.756,28 | 5.631,36 | 3.960,53 | | | | | |
| 5 | 2.767,32 | 2.922,84 | 3.087,02 | 6.307,12 | 4.435,77 | | | | | |
| 6 | 3.099,40 | 3.273,59 | 3.457,46 | 7.063,98 | 4.968,06 | | | | | |
| 7 | 3.471,32 | 3.666,41 | 3.872,35 | 7.911,65 | 5.564,22 | | | | | |
| 8 | 3.887,89 | 4.106,39 | 4.337,04 | 8.861,05 | 6.231,93 | | | | | |
| 9 | 4.354,44 | 4.599,16 | 4.857,50 | 9.924,38 | 6.979,79 | | | | | |
| PROFESSOR DOCENTE I 30h | | | | | | | | | | |
| 1 | 2.647,30 | 2.796,08 | 2.953,14 | 6.033,61 | 4.243,39 | | | | | |
| 2 | 2.964,98 | 3.131,61 | 3.307,51 | 6.757,64 | 4.752,60 | | | | | |
| 3 | 3.320,78 | 3.507,41 | 3.704,41 | 7.568,56 | 5.322,90 | | | | | |
| 4 | 3.718,43 | 3.927,41 | 4.148,00 | 8.476,79 | 5.960,30 | | | | | |
| 5 | 4.165,59 | 4.399,70 | 4.646,82 | 9.494,00 | 6.677,06 | | | | | |
| 6 | 4.665,47 | 4.927,67 | 5.204,45 | 10.633,28 | 7.478,32 | | | | | |
| 7 | 5.225,31 | 5.518,97 | 5.828,97 | 11.909,27 | 8.375,71 | | | | | |

| | VENCIMENTO-BASE ATUAL (Em R\$, sem o complemento) | | EM AGOSTO, APÓS A 1ª PARCELA (+5,62%) | | EM NOVEMBRO, APÓS A 2ª PARCELA (+5,62%) | | COM O PISO NA CARREIRA (Nível inicial) | | COM A REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO (jul2014-abr2026) | |
|--------------------------------|---|----------|---------------------------------------|----------|---|---|--|---|---|---|
| | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| PROFESSOR DOCENTE I 16h | | | | | | | | | | |
| 3 | 1.411,92 | 1.491,27 | 1.575,03 | 3.217,99 | 2.263,17 | | | | | |
| 4 | 1.581,35 | 1.670,22 | 1.764,03 | 3.604,14 | 2.534,75 | | | | | |
| 5 | 1.771,11 | 1.870,65 | 1.975,68 | 4.036,64 | 2.838,87 | | | | | |
| 6 | 1.983,65 | 2.095,13 | 2.212,28 | 4.521,04 | 3.178,84 | | | | | |
| 7 | 2.221,68 | 2.346,54 | 2.478,31 | 5.063,56 | 3.561,11 | | | | | |
| 8 | 2.488,29 | 2.628,13 | 2.775,70 | 5.671,19 | 3.988,43 | | | | | |
| 9 | 2.786,88 | 2.943,50 | 3.108,77 | 6.351,73 | 4.467,03 | | | | | |

| | VENCIMENTO-BASE ATUAL (Em R\$, sem o complemento) | | EM AGOSTO, APÓS A 1ª PARCELA (+5,62%) | | EM NOVEMBRO, APÓS A 2ª PARCELA (+5,62%) | | COM O PISO NA CARREIRA (Nível inicial) | | COM A REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO (jul2014-abr2026) | |
|--------------------------------|---|----------|---------------------------------------|----------|---|---|--|---|---|---|
| | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| PROFESSOR DOCENTE I 18h | | | | | | | | | | |
| 3 | 1.588,41 | 1.677,68 | 1.771,91 | 3.620,23 | 2.546,07 | | | | | |
| 4 | 1.778,98 | 1.878,96 | 1.984,53 | 4.054,66 | 2.851,59 | | | | | |
| 5 | 1.992,46 | 2.104,43 | 2.222,64 | 4.541,22 | 3.193,73 | | | | | |
| 6 | 2.231,06 | 2.356,45 | 2.488,81 | 5.086,17 | 3.576,20 | | | | | |
| 7 | 2.499,36 | 2.639,82 | 2.788,10 | 5.696,51 | 4.006,25 | | | | | |
| 8 | 2.799,27 | 2.956,59 | 3.122,66 | 6.380,09 | 4.486,98 | | | | | |
| 9 | 3.135,19 | 3.311,39 | 3.497,37 | 7.145,70 | 5.025,41 | | | | | |

| | VENCIMENTO-BASE ATUAL (Em R\$, sem o complemento) | | EM AGOSTO, APÓS A 1ª PARCELA (+5,62%) | | EM NOVEMBRO, APÓS A 2ª PARCELA (+5,62%) | | COM O PISO NA CARREIRA (Nível inicial) | | COM A REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO (2014-2026) | |
|--|---|----------|---------------------------------------|-----------|---|---|--|---|---|---|
| | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| PROFESSOR EX-FAEP DOCENTE I 40h | | | | | | | | | | |
| 3 | 3.529,74 | 3.728,11 | 3.937,51 | 8.044,83 | 5.657,85 | | | | | |
| 4 | 3.953,34 | 4.175,52 | 4.410,05 | 9.010,21 | 6.336,85 | | | | | |
| 5 | 4.427,72 | 4.676,56 | 4.939,23 | 10.091,43 | 7.097,23 | | | | | |
| 6 | 4.959,06 | 5.237,76 | 5.531,96 | 11.302,40 | 7.948,92 | | | | | |
| 7 | 5.554,11 | 5.866,25 | 6.195,75 | 12.658,69 | 8.902,74 | | | | | |
| 8 | 6.220,64 | 6.570,24 | 6.939,27 | 14.177,73 | 9.971,10 | | | | | |
| 9 | 6.967,11 | 7.358,66 | 7.771,98 | 15.879,06 | 11.167,64 | | | | | |

| | VALOR ATUAL DO ADICIONAL | | EM AGOSTO, APÓS A 1ª PARCELA (+5,62%) | | EM NOVEMBRO, APÓS A 2ª PARCELA (+5,62%) | |
|---|--------------------------|----------|---------------------------------------|---|---|---|
| | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO (AQ) LEI Nº 1.614/90 | | | | | | |
| MESTRADO | | | | | | |
| PROFESSOR 40h | 621,47 | 656,40 | 693,27 | | | |
| PROFESSOR 30h | 582,67 | 615,42 | 649,99 | | | |
| PROFESSOR 16h/22h/25h | 310,75 | 328,21 | 346,66 | | | |
| DOUTORADO | | | | | | |
| PROFESSOR 40h | 1.243,04 | 1.312,90 | 1.386,64 | | | |
| PROFESSOR 30h | 1.165,28 | 1.230,77 | 1.299,90 | | | |
| PROFESSOR 16h/22h/25h | 621,47 | 656,40 | 693,27 | | | |

FONTES: GESPERJ. Caderno de Remunerações. Janeiro de 2026 (vencimentos básicos) e MEC (piso nacional do magistério). Observação: Foi considerada a aplicação do Piso proporcional à carga horária para os Docentes II (22h e 40h). Para os demais foi aplicado o reajuste equivalente ao simulado para o Docente II 40 horas.

TABELAS FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS

| Ref. | VENCIMENTO-BASE ATUAL (Em R\$, sem o complemento) | | EM AGOSTO, APÓS A 1ª PARCELA (+5,62%) | | EM NOVEMBRO, APÓS A 2ª PARCELA (+5,62%) | | COMO SERIA COM O SALÁRIO MÍNIMO APLICADO NO INÍCIO DA CARREIRA | | COMO SERIA COM 50% DO PISO DO MAGISTÉRIO NO INÍCIO DA CARREIRA | | COM A REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO (jul2014-abr2026) | |
|----------------------------|---|----------|---------------------------------------|----------|---|----------|--|---|--|---|---|---|
| | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| NÍVEL SUPERIOR 40h | | | | | | | | | | | | |
| I | 1.871,48 | 1.976,66 | 2.087,69 | 3.779,59 | 5.981,39 | 2.999,82 | | | | | | |
| II | 1.732,86 | 1.830,25 | 1.933,05 | 3.499,62 | 5.538,32 | 2.777,62 | | | | | | |
| III | 1.604,52 | 1.694,69 | 1.789,88 | 3.240,39 | 5.128,08 | 2.571,90 | | | | | | |
| SEGUNDO GRAU 40h | | | | | | | | | | | | |
| I | 1.485,64 | 1.569,13 | 1.657,28 | 3.000,36 | 4.748,22 | 2.381,36 | | | | | | |
| II | 1.375,59 | 1.452,90 | 1.534,51 | 2.778,11 | 4.396,50 | 2.204,95 | | | | | | |
| III | 1.273,72 | 1.345,30 | 1.420,87 | 2.572,32 | 4.070,83 | 2.041,66 | | | | | | |
| PRIMEIRO GRAU 40h | | | | | | | | | | | | |
| I | 1.179,37 | 1.245,65 | 1.315,62 | 2.381,78 | 3.769,29 | 1.890,43 | | | | | | |
| II | 1.092,00 | 1.153,37 | 1.218,17 | 2.205,35 | 3.490,08 | 1.750,40 | | | | | | |
| III | 1.011,09 | 1.067,91 | 1.127,90 | 2.041,99 | 3.231,56 | 1.620,69 | | | | | | |
| NÍVEL ELEMENTAR 40h | | | | | | | | | | | | |
| I | 936,21 | 988,83 | 1.044,38 | 1.890,73 | 2.992,18 | 1.500,68 | | | | | | |
| II | 866,87 | 915,59 | 967,03 | 1.750,68 | 2.770,54 | 1.389,53 | | | | | | |
| III | 802,65 | 847,76 | 895,39 | 1.621,00 | 2.565,32 | 1.286,59 | | | | | | |

FONTE: GESPERJ. Caderno de Remunerações. Janeiro de 2026 (vencimentos básicos).



O Dieese/Sepe analisou a evolução salarial dos profissionais da rede estadual referente ao mês de maio/2026. O estudo concluiu que, para que os profissionais recuperassem o poder de compra de 1º de julho de 2014, o reajuste necessário sobre os salários de janeiro de 2026 precisaria ser de 59,54% pelo INPC-IBGE e de **60,29% de acordo com o IPCA-IBGE**.

As perdas econômicas são tantas que, como é possível ver na tabela ao lado, a maioria dos funcionários e também parte dos docentes 22h e 16h seguiriam recebendo o vencimento-base abaixo do mínimo mesmo após as duas parcelas da recomposição salarial (2017-2021), a serem implementadas em agosto e novembro. O Sepe segue na luta e negociando com o governador em exercício o reajuste das perdas.



Baixe o PDF da **cartilha da campanha salarial** e confira também simulações sobre a perda de poder de compra de todos os cargos, medido em cestas básicas do DIEESE. Você encontra a cartilha impressa nas sedes de regionais e núcleos do Sepe

Na assembleia, vamos discutir os resultados das audiências com a SEEDUC e com o governo estadual



Audiência do Sepe com governador e secretários no dia 19 de maio

Fruto da luta e da mobilização dos profissionais de rede, o Sepe já teve duas audiências com Ricardo Couto. Reuniões diretamente com o chefe do Executivo não ocorriam desde 2016, quando o Sepe foi recebido por Francisco Dornelles, que havia assumido o governo estadual no lugar de Luiz Fernando Pezão, preso por corrupção.

A direção do sindicato tem consciência de que ainda é preciso avançar nas negociações, mas considera um avanço o fato das mesmas terem sido reabertas e com um canal direto com o governador em exercício. Assim questões importantes da pauta da categoria estão colocadas na mesa das próximas audiências, tanto com Couto como com o seu secretariado, tais como:

- **Piso nacional com respeito ao plano de carreira;**
- **Reajuste das demais perdas salariais acumuladas;**
- **Regularização funcional da Animação Cultural nos quadros da SEEDUC e inclusão no Decreto da recomposição de um adendo que garanta o direito da extensão do pagamento dela aos animadores culturais;**
- **Remanejamento dos funcionários ex-FAEP ao plano de carreira da FAETEC;**
- **Migração para os professores DOC II;**
- **Solução para funcionários e professores que ainda recebem vencimentos abaixo do salário mínimo nacional;**
- **Convocação dos aprovados 2013/2014 e novos concursos;**
- **Resgate do dinheiro investido pelo Rioprevidência em aplicações fraudulentas do Banco Master**
- **Reajuste dos vales transporte e refeição;**
- **Diálogo sobre nova matriz curricular, diário online e aprovação automática;**
- **Melhoria da situação dos profissionais de educação no DIESP (Diretoria Especial de Unidades Prisionais e Socioeducativas)**

Funcionários ex-FAEP foram recebidos pelo governador durante manifestação



Os funcionários ex-FAEP realizaram uma manifestação no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no dia 02 de junho. O ato teve como objetivo reivindicar a regularização funcional do segmento com a migração da SEEDUC para os quadros da FAETEC. O ato foi surpreendido com a chegada do governador em exercício, Ricardo Couto, que, ao ver do carro as faixas e a concentração dos servidores, resolveu descer e se dirigir aos manifestantes.

Couto aceitou receber uma comissão em audiência naquele momento e subiu com três representantes. Ele ouviu as reivindicações e se comprometeu a apresentar uma resposta entre os dias 11 e 15 de junho.

Sepe fará Assembleia Estatutária no dia 27

O Sepe convoca filiados(as) em dia com suas obrigações para Assembleia Geral Estatutária, a ser realizada no dia **27 de junho, às 10h**, no Salão Nobre do **Club Municipal**, na Rua Haddock Lobo, 395, Tijuca. A assembleia terá como pauta regras para a criação de uma Comissão de Ética do sindicato. O direito a voto será exclusivo a profissionais filiados, mediante apresentação de contracheque recente e documento de identidade com foto.

Senado aprova MP 1334/26 que garante ganho real ao piso nacional do magistério

Texto garante aumento com ganho real acima da inflação: Piso pode ir à R\$ 5.130,63

O Senado aprovou, no dia 26 de maio, a Medida Provisória 1334/2026, que cria uma nova regra de reajuste do piso salarial do magistério público da educação básica. O texto da MP já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 21 de maio e, agora, o Senado confirmou a aprovação desta MP que é uma vitória para os educadores brasileiros.

O texto aprovado garante aumento com ganho real acima da inflação. Com a medida, o piso na-

cional dos professores poderá chegar a R\$ 5.130,63 em 2026. Sem a MP, o reajuste seria de apenas 0,37%. O texto seguiu para sanção do presidente Lula.

A proposta também garante o pagamento do piso a profissionais temporários e amplia a transparência dos cálculos divulgados pelo MEC. A medida fortalece a política

do piso nacional e garante mais segurança na atualização, respeitando o crescimento do Fundeb e assegurando planejamento para estados e municípios.



Geovana Albuquerque/CNTE

Gilmar Mendes pede vistas e interrompe mais uma vez julgamento do piso no STF

ABSURDO! O ministro Gilmar Mendes solicitou vistas no dia 20/5 e interrompeu o julgamento no STF sobre o Tema 1218, que debate a adoção do piso no vencimento inicial da carreira. A votação está novamente paralisada, por até 90 dias. O último pedido de vistas havia sido em dezembro, com a votação sendo retomada em 15 de maio. O julgamento contabilizava três votos, com dois a favor da categoria. O Sepe seguirá pressionando pelo piso na carreira e também para que o Senado aprove o PL 2531, do piso nacional dos funcionários administrativos, com as emendas da CNTE.

CNTE propõe emendas pra melhorar projeto do Piso Nacional dos Funcionários

Mudanças pretendem garantir segurança jurídica e garantir que o piso seja pago

O Projeto de Lei 2.531/2021 que institui o piso salarial nacional para os profissionais da educação básica pública que exercem funções de apoio administrativo, técnico ou operacional já está pronto para ir ao Plenário do Senado para votação.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), à qual o Sepe é filiado, vem lutando para que algumas emendas ao projeto sejam aprovadas antes de ir ao plenário, para melhorar o tex-

to, como a garantia de vincular o piso nacional à formação profissional, com valores e regramentos próprios e com o compromisso expresso da União em honrar seu pagamento em todos os estados da federação, evitando futuros questionamentos judiciais.

A Secretaria de Funcionários Administrativos do Sepe vem acompanhando a tramitação do PL, tendo ido à Brasília diversas vezes, e publicou boletim específico sobre esse tema. ■



Plenária reúne mais de 200 profissionais para avançar na implementação da Lei 15.326

Reunião organizou luta pelo enquadramento



No dia 30 de maio, o Sepe realizou a Plenária Estadual das professoras reconhecidas pela Lei 15.326, no Club Municipal, reunindo mais de 200 profissionais de educação de diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro. O encontro teve como objetivo debater estratégias, organizar a mobilização e encaminhar ações para garantir que os municípios cumpram a legislação e promovam o imediato enquadramento das profissionais reconhecidas pela Lei 15.326 nos quadros do magistério municipal.

Sancionada pelo presidente Lula em janeiro deste ano, a lei representa uma importante conquista para milhares de trabalhadoras da Educação Infantil. Agora, a luta se concentra na efetivação desse direito nos municípios, assegurando que o reconhecimento legal se traduza em valorização profissional e garantia de direitos.

Na plenária, foram discutidos os desafios enfrentados pelas profissionais em diferentes redes municipais e aprovadas ações conjuntas de mobilização, pressão institucional e orientação jurídica. O Sepe também apresentou um plano de atuação para seus núcleos regionais, que terão papel fundamental no apoio às profissionais e na construção da luta pelo enquadramento imediato. A plenária reforçou a importância da organização coletiva e da mobilização permanente para que a Lei 15.326 seja efetivamente implementada. ■

Deputados aprovam PEC que acaba com escala 6X1: Pressão agora é no Senado

Proposta também reduz jornada

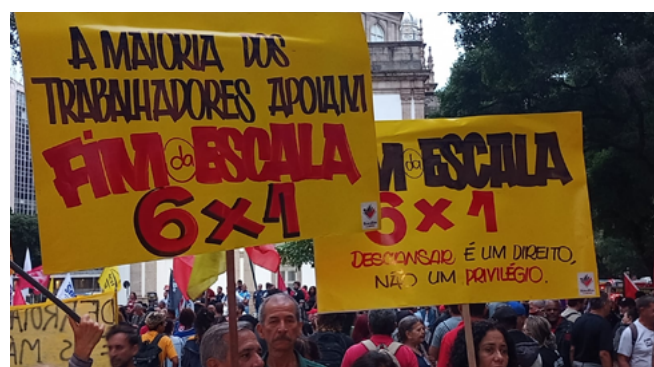
A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 27 de maio, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa o fim da escala 6x1, substituindo-a pela escala 5x2 (5 dias de trabalho, 2 de descanso). A medida, que segue para o Senado, propõe a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário.

A aprovação foi possível por causa da mobilização nacional dos trabalhadores em torno do tema, importante para a garantia da saúde física e mental dos assalariados no Brasil inteiro. No final de semana anterior à votação no Congresso, as centrais trabalhistas, sindicatos e entidades do movimento civil organizaram jornadas pelo fim da 6X1 em várias capitais.

No Rio de Janeiro, os profissionais de educação participaram de um ato público na Candelária, no dia 27 de maio, que seguiu em passeata até a Cinelândia.

A proposta enviada ao Senado contém os seguintes dispositivos: redução gradual para 40 horas semanais da jornada, com no máximo 8 horas diárias de trabalho. Garantia de dois dias de descanso semanal. O projeto incluiu uma fase de transição: após 60 dias, a jornada cai para 42 horas, e após 12 meses, para 40 horas semanais.

Agora, a mobilização e a pressão passaram para o Senado Federal, onde os partidos de oposição ao governo e o presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre, já se movimentam para postergar a aprovação desse direito, fundamental para os trabalhadores brasileiros. ■



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

Instagram: [instagram.com/sepe_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)

Facebook: [facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)

YouTube: [youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)

Twitter: twitter.com/RjSepe



Sindicalize-se